



A hora é de
mobilização total

PARTICIPE!

QUARTA, DIA 30

Paralisação de 24 horas e ato no Congresso Nacional

Em reunião ocorrida no dia 18 de novembro, o Conselho de Delegados Sindicais aprovou indicativo de greve para o dia 30 de novembro. O Sindjus já enviou ofício para todos os órgãos do Judiciário comunicando a paralisação de 24 horas na próxima quarta-feira. Para definir o rumo da nossa mobilização, no dia 29, às 16h, em frente ao STF, haverá assembleia geral. No dia 30, vamos nos reunir às 9h no Congresso Nacional com objetivo de pressionar os deputados da Co-

missão de Finanças e Tributação a votar o PL 6613. A concentração será no espaço entre os anexos II e IV da Câmara. Estamos vivendo um grande momento em nossa luta. Temos condições reais de aprovar o nosso projeto ainda este ano conforme desejado. Mas para isso é de extrema importância que estejamos juntos, mais uma vez, demonstrando a unidade e o empenho da nossa categoria em torno da aprovação do nosso reajuste salarial.

Ato do dia 23 é um sucesso

Precisamos continuar firmes e determinados em nossa caminhada. Afinal, estamos no caminho certo. O ato realizado no dia 23 na Praça dos Três Poderes teve repercussão nacional em diversos veículos de comunicação. Agora, mais do que nunca, o Brasil inteiro está de olho na nossa mobilização. Temos uma grande responsabilidade e um papel fundamental nessa luta. Portanto,

todos à paralisação do dia 30!

PMDB precisa cumprir promessa

A paralisação de quarta-feira (30) tem como um de seus principais objetivos fazer o PMDB cumprir sua promessa de votar o PL 6613/09 na CFT. O partido da base aliada havia pedido um prazo para fechar as negociações em torno da aprovação do nosso projeto. Chegou o momento do líder da legenda na Câmara, deputado Henrique Alves, cumprir a promessa que fez ao presidente Peluso de ficar ao lado do Judiciário nessa questão.

Apoio dos parlamentares

Antigamente, o deputado Policarpo era uma voz solitária na Câmara em defesa do PL 6613. A última reunião na CCJ demonstrou que o trabalho de pressão realizado pela nossa categoria no Congresso Nacional reflete nas falas de vários deputados, da situação e da oposição, que consideram nossa luta legítima e necessária. Vamos nos empenhar para conquistar mais parlamentares.

Vitória na CCJ

As emendas aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara no último dia 23 renovaram nossa esperança de aprovar o PL 6613 ainda este ano. Foi destinado um montante que contempla o pagamento das duas primeiras parcelas do nosso plano em 2012. No entanto, precisamos nos mobilizar para que essas emendas sejam incluídas no relatório do deputado Arlindo Chinaglia (relator-geral da LOA-2012).



FOTO: VALCIR ARAÚJO

Ministros do STF declaram apoio ao PL 6613/2009

Durante os últimos dias, os servidores do STF, em companhia de coordenadores do Sindjus, conversaram com diversos ministros do Supremo no intuito de angariar apoio à aprovação do PL 6613/09. As reuniões têm sido bastante produtivas.

O ministro Ayres Britto garantiu que tem falado em todos os espaços sobre o nosso projeto e demonstrou pleno conhecimento da necessidade do envolvimento do STF para garantir as decisões tomadas pela corte, incluindo a aprovação do plano de carreira de seus servidores.

Afirmando que o Supremo está certo na questão orçamentária e que ela deve ser respeitada pelos demais poderes, o ministro Marco Aurélio comprometeu-se a conversar com seus colegas sobre o PL 6613/09 e a preocupação dos servidores.

O ministro **Celso de Mello** (foto) afirmou que é importante que o STF corrija erros cometidos por técnicos do Executivo. Nesse caso, a correção passa pelo julgamento do Mandado de Segurança impetrado pelo Sindjus.

CERCO A LUIZ FUX

Precisamos, dia após dia, fechar o cerco contra as autoridades competentes no intuito de alcançar nosso objetivo maior. Sendo assim, a paralisação também tem o intuito de pressionar o ministro do STF, Luiz Fux, que é o relator do Mandado de Segurança impetrado pelo Sindjus visando concretizar a proposta orçamentária original do Judiciário. Precisamos que o Supremo reafirme seu entendimento garantindo a inclusão do PL 6613 na Lei Orçamentária Anual de 2012.

Por tudo isso, vamos à paralisação do dia 30 com espírito guerreiro, de cabeça erguida e dispostos a dar o melhor de nós a essa luta que está na reta final. Falta pouco e a nossa categoria conta com a sua participação!

CSJT e CNJ garantem o direito de greve

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) aprovou no dia 25 uma resolução que dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem adotados em caso de paralisação do serviço por motivo de greve no âmbito do Conselho e da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Segundo a resolução, o período de greve poderá ser compensado mediante reposição das horas não trabalhadas. "É legítima e respeitabilíssima a adesão a movimento grevista, que visem à obtenção de melhores condições de trabalho, inclusive no serviço público", afirmou o presidente, ministro João Dalazen.

O conselheiro Silvio Rocha, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), relator do pedido de providência do Sintrajuf-PE, indeferiu no dia 23, o pedido de reconsideração feito pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, de Pernambuco, à liminar concedida ao sindicato que suspende o corte de ponto dos servidores que aderiram à última greve pelo PCS no órgão. A decisão do relator reafirma o direito constitucional de greve e a política de negociação dos dias parados com os trabalhadores.

Essas duas decisões são importantíssimas para que nossa luta ganhe ainda mais fôlego.